

Portaria n.º 1069/2000

de 6 de Novembro

Com fundamento no disposto nos artigos 20.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 79.º e 143.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna;

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial os prédios rústicos englobados pela poligonal constante da planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante, sitos na freguesia de Santa Vitória, município de Beja, com uma área de 964,1094 ha.

2.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de 12 anos, a Jorge do Ó Gonçalves da Silva, entidade equiparada a pessoa colectiva com o n.º 804311390 e sede na Rua de Egas Moniz, 36, Santiago do Cacém, a zona de caça turística de Corte de Ripais e anexas (processo n.º 2269 da Direcção-Geral das Florestas).

3.º A presente concessão mereceu, por parte da Direcção-Geral do Turismo, parecer favorável condicionado à conclusão da obra do pavilhão de caça no prazo de 12 meses a contar da data da publicação da presente portaria, bem como à legalização do alojamento, numa das figuras definidas nos Decretos-Leis n.os 167/97 ou 169/97, ambos de 4 de Julho.

4.º Nesta zona de caça turística é facultado o exercício venatório a todos os caçadores em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.

5.º — 1 — A zona de caça turística será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 4 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, conjuntamente com o sinal do modelo anexo à Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.

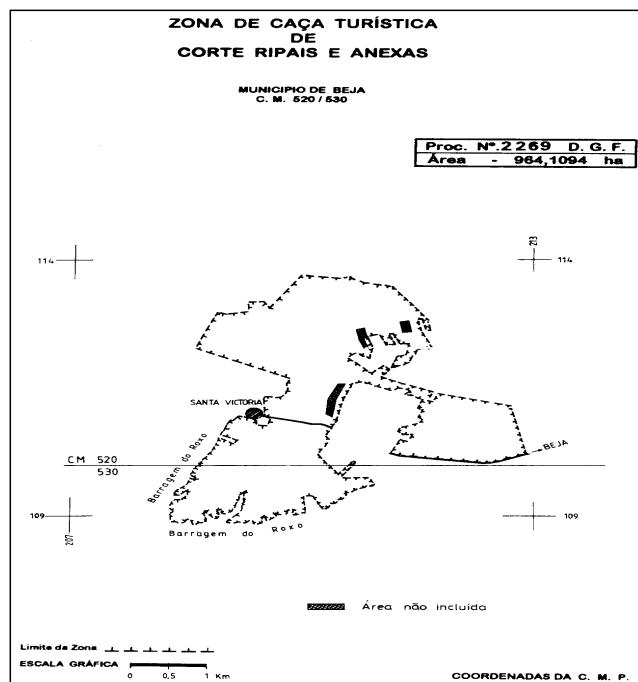
2 — A eficácia da concessão está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas

nos n.os 6.º a 9.º da Portaria n.º 697/88 e 3.º e 4.º da Portaria n.º 569/89.

6.º Os prédios rústicos que integram esta zona de caça turística ficam, nos termos do disposto no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto, submetidos ao regime florestal, para efeitos de policiamento e fiscalização da caça, devendo a entidade concessionária assegurar a sua permanente fiscalização por um guarda florestal auxiliar dotado de meio de transporte, com observância do disposto no n.º 7.º, n.os 2 e 3, da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março.

7.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Economia, Vítor José Cabrita Neto, Secretário de Estado do Turismo, em 13 de Outubro de 2000. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Víctor Manuel Coelho Barros, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 3 de Outubro de 2000.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 1070/2000

de 6 de Novembro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Tomar e da sua Escola Superior de Tecnologia de Abrantes;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro);

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho, e na Portaria n.º 505/99, de 15 de Julho;

Ao abrigo do disposto na lei do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico (Lei

n.º 54/90, de 5 de Setembro), e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Engenharia Mecânica, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, criado pela Por-

taria n.º 505/99, de 15 de Julho, nos termos do anexo da presente portaria.

2.º

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 1999-2000, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 18 de Outubro de 2000.

ANEXO

Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Curso de Engenharia Mecânica

1.º ciclo — grau de bacharel

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Física	Anual	2	2			
Análise Matemática	Anual	2	3			
Informática	Anual		4			
Desenho Técnico I	1.º semestre		4			
Mecânica Aplicada I	1.º semestre		4			
Álgebra Linear	1.º semestre	2	3			
Desenho Técnico II	2.º semestre	2	2			
Tecnologia dos Materiais I	2.º semestre	2	2			
Química Geral	2.º semestre	2	1	2		

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Desenho Técnico III	1.º semestre	2	2			
Electricidade e Electrónica	1.º semestre	2	3			
Tecnologia dos Materiais II	1.º semestre	2	2			
Mecânica Aplicada II	1.º semestre	2	2			
Termodinâmica	1.º semestre	2	1			
Probabilidades e Estatística	1.º semestre	2	2			
Mecânica dos Materiais I	2.º semestre	2	3			
Tecnologia Mecânica I	2.º semestre		4			
Mecânica dos Fluidos	2.º semestre	2	2			
Máquinas Eléctricas	2.º semestre	2	3			
Comportamento Mecânico dos Materiais	2.º semestre		2			
Análise Numérica	2.º semestre	2	2			

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Mecânica Racional	Anual	2	1			
Mecânica dos Materiais II	1.º semestre	2	2			
Tecnologia Mecânica II	1.º semestre		4			

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Transmissão de Calor	1.º semestre	2	2			
Elementos de Máquinas I	1.º semestre	2	2			
Tecnologia de Ligação de Materiais	1.º semestre	2	2			
Equipamentos Térmicos	1.º semestre	2		2		
Elementos de Máquinas II	2.º semestre	2	2	2		
Automação Industrial	2.º semestre	3		2		
Organização Industrial	2.º semestre	4				
Máquinas Ferramenta	2.º semestre	2		2		
Climatização e Refrigeração	2.º semestre	2		3		
Ergonomia, Ambiente, Higiene e Segurança	2.º semestre	2				

2.º ciclo — grau de licenciado

QUADRO N.º 4

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Complementos de Matemática	1.º semestre	2	3			
Investigação Operacional	1.º semestre	2	2			
Economia	1.º semestre		2			
Corrosão e Protecção de Superfícies	1.º semestre	2		2		
Opção	1.º semestre					
Opção	1.º semestre					
Gestão da Produção	2.º semestre	3				
Controlo de Sistemas e Robótica	2.º semestre	2		2		
Vibrações	2.º semestre	2		2		
Mecanismos e Componentes Mecânicos	2.º semestre	2		2		
Placas e Cascas	2.º semestre	2		2		
Opção	2.º semestre					
Opção	2.º semestre					

QUADRO N.º 5

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Produção Assistida por Computador	1.º semestre		4			
Gestão da Qualidade	1.º semestre	2	2			
Manutenção Industrial	1.º semestre	2	2			
Fiabilidade e Controlo da Qualidade	1.º semestre	2	2			
Aerodinâmica Industrial	1.º semestre		2		2	
Opção	1.º semestre					
Preparação de Trabalhos e Métodos	2.º semestre	2	2			
Análise de Projectos de Investimento	2.º semestre	2	2			
Gestão do Ambiente e Energia	2.º semestre	2	2			
Projecto	2.º semestre		8			
Opção	2.º semestre	2	2			

BANCO DE PORTUGAL**Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2000**

Na redacção actual do aviso n.º 3/95, diploma que regula, do ponto de vista prudencial, a constituição de provisões pelas instituições de crédito e pelas sociedades financeiras, o provisionamento a 100 % dos créditos ven-

cidos que gozem de garantia (pessoal ou real) apenas se torna obrigatório depois de decorridos três anos sobre a data do respectivo vencimento ou da data em que tenha sido formalmente apresentada ao devedor a exigência de liquidação da dívida.

Ora, nos casos em que a garantia em presença não seja real, o referido prazo é patentemente excessivo.

Há, assim, que modificar a situação em apreço encurtando o referido prazo para os créditos vencidos rela-